



## Plenário prossegue hoje com votações em resposta às ruas

Redução do número de suplentes de senadores, uma das propostas aceleradas após protestos, está na pauta do dia

**N**esta semana, o Plenário do Senado fará votações de segunda a sexta-feira, começando com o projeto que muda a Constituição para passar de dois para um a quantidade de suplentes de senadores e proibir a escolha de parentes para a vaga. Também serão examinadas propostas cuja urgência foi aprovada nos últimos dias. **3**



Gerardo Migeola/Agência Senado

Presidente do Senado, Renan Calheiros discute a pauta prioritária desta semana com Kátia Abreu, Jorge Viana, José Pimentel, Randolfe Rodrigues e João Capiberibe

**Comissão analisa proposta que inclui autoridades na malha fina 4**

**Projeto que cria programa contra tortura será votado em colegiado 6**

**Destino de faixa usada pelas TVs abertas será debatido amanhã 8**

Pedro Franco/Agência Senado



Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Nelson Calandra (foto), visitou Renan na sexta-feira

**Renan: fim da vitaliciedade de juízes não está em pauta**

Na sexta-feira, o presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu representantes da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e afirmou que o Congresso Nacional não está discutindo o fim da vitaliciedade de juízes e integrantes do Ministério Público. Segundo Renan, trata-se de uma “cláusula pétrea”. **2**

**Presidente do Senado afirma a Dilma que apoia plebiscito 5**

**Formas de aumentar a integração sul-americana serão discutidas 7**

**Necessidade de investimentos em portos é tema de audiência hoje 8**

### Este assunto merece todo o respeito

O encarte especial do **Jornal do Senado** que trata do balanço da CPI do Congresso sobre a violência contra a mulher está disponível no Portal de Notícias da Casa.

Acesse [www.senado.leg.br/mariadapenha](http://www.senado.leg.br/mariadapenha) ou utilize o QR Code ao lado

SENADO FEDERAL

Criação e Marketing

# Fim da vitaliciedade de juiz não está em debate, diz Renan

O presidente do Senado assegurou à representante da magistratura que propostas de emenda à Constituição em discussão na Casa não abolem estabilidade de juízes e integrantes do Ministério Público

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, recebeu na sexta-feira o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Henrique Nelson Calandra, e lhe assegurou que o Congresso não está discutindo o fim da vitaliciedade para juízes e membros do Ministério Público.

— Deixei claro que o Congresso é guardião da democracia e jamais discutiria uma cláusula pétrea da magistratura. O que o Congresso trata é de que a aposentadoria não possa mais ser uma pena disciplinar [para juízes e promotores condenados por crimes graves], porque isso o povo não entende.

Na quarta, o tema foi abordado na sabatina dos juízes do Trabalho Rubens Curado Silveira e Flavio Portinho Sirangelo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), indicados para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Questionamentos sobre a demissão de juízes e promotores condenados por corrupção — foco das PECs



Renan Calheiros (3º à esq.) recebe representantes das associações de magistrados

53 e 75, de 2011 —, levaram ambos a se manifestarem sobre a garantia da vitaliciedade, que consideraram fundamental para resguardar a independência das decisões judiciais e os interesses da sociedade. Enquanto Curado rejeitou qualquer hipótese de revisão da garantia, Sirangelo admitiu a possibilidade de flexibilização.

— Quem sabe uma solução precisa ser pensada no sentido de estabelecer um processo simples, mas com respeito ao devido processo legal. Isso deve ser enfrentado, porque é difícil explicar para o cidadão como é

que um juiz que praticou crime é afastado com os proventos de sua aposentadoria. Isso é inexplicável ao senso comum — afirmou Sirangelo.

Enquanto a PEC 53/2011 elimina a possibilidade de simples afastamento das funções ao juiz condenado por crime grave (com aposentadoria compulsória e proventos proporcionais ao tempo de serviço), a PEC 75/2011 suprime a condicionante de perda do cargo apenas por sentença judicial transitada em julgado para os membros do Ministério Público.

## Lídice critica rejeição de indicado para conselho

Lídice da Mata (PSB-BA) criticou a decisão do Plenário de rejeitar a indicação de Vladimir Barros Aras para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Para ela, uma minoria no Senado deixou-se levar “pelo sentimento de vingança e mesquinha” para “derrotar um homem probo”.

— Recebi inúmeros e-mails da Bahia, buscando o porquê da rejeição do professor Vladimir. Além de respeitado no meio jurídico baiano, é querido pela capacidade de liderança e agregação, além de muito respeitado pelos alunos.

O procurador da República recebeu 38 votos favoráveis —

seriam necessários 41 para a sua aprovação — e 17 contrários. No fim da votação, alguns senadores pediram que seus votos favoráveis fossem computados, mas o pedido foi negado.

Na opinião da senadora, o episódio demonstra a necessidade da adoção do voto aberto no Congresso.

### Nota à imprensa

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou a devolução de R\$ 32 mil, referentes a voo em avião da FAB e vai formalizar consulta ao Conselho de Transparência do Senado para que o órgão se manifeste sobre o uso da aeronave para cargos de representação.

O Senado Federal, sensível à nova agenda e aos novos tempos, vem implementando cortes substanciais de seus custos, eliminando redundâncias e ampliando a transparência e o controle social.

Até aqui, para o biênio 2013–2014, foram economizados mais de R\$ 300 milhões com a eliminação de redundâncias, a revisão e a extinção de contratos, a redução de 25% dos cargos comissionados e o enxugamento das estruturas internas da Casa.

Paralelamente, a nova direção do Senado Federal ampliou a transparência disponibilizando todas as informações relativas a gastos, contratos e despesas da instituição. Só não estão disponíveis as informações protegidas pela própria lei.

O Senado Federal é o único a contar com um Conselho de Transparência com representantes da sociedade civil que não deixam dúvidas quanto aos propósitos da Casa de ser referência em controle social.

Dessa forma, o senador Renan Calheiros está formalizando uma consulta ao referido conselho para que se manifeste sobre o uso da aeronave para cargos de representação.

Antecipadamente, o senador está recolhendo aos cofres públicos os valores — R\$ 32 mil — relativos ao uso da aeronave em 15 de junho entre as cidades de Maceió, Porto Seguro e Brasília, objeto de dúvidas levantadas pelo noticiário.

O Senado Federal reitera seu compromisso de esgotar a pauta de votações elaborada consensualmente entre todos os líderes e que vão ao encontro das demandas da sociedade.

Foram votados, em menos de dez dias, as novas destinações do FPE, endurecidas as punições para crimes de corrupção, ficha limpa para servidores públicos, a lei do Simples para advocacia, royalties para educação e saúde, a responsabilização de empresas envolvidas em corrupção e o fim do voto secreto para julgamento de senadores e deputados.

Estamos realizando sessões de votação também às segundas e às sextas-feiras de forma a conferir agilidade e objetividade aos anseios expostos pela sociedade.

Nos próximos dias, votaremos a lei do passe livre, a extinção do foro privilegiado para deputados e senadores, a eliminação da aposentadoria como pena disciplinar de magistrados e promotores condenados por corrupção ou crime, a diminuição da exigência para apresentação de leis de iniciativa popular, recursos para saúde e educação, a carreira de médicos que serão contratados e o combate à tortura.

São ações e práticas que a sociedade cobra e espera do Congresso Nacional. Elas não serão, no mérito ou na agilidade, embaçadas ou prejudicadas por quaisquer diversionismos políticos.

Secretaria de Imprensa da Presidência do Senado

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

### PLENÁRIO Região Integrada

14h Na pauta, projeto que cria a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno e institui o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, para incluir Alto Paraíso de Goiás e São João d'Aliança.

### PRESIDÊNCIA Pacto pela saúde

15h Presidente do Senado, Renan Calheiros, participa da cerimônia de lançamento do Pacto Nacional pela Saúde e, às 16h, preside a ordem do dia da sessão plenária.

### CDH Encíclica papal

9h Seminário sobre os 50 anos da encíclica papal *Pacem in Terris* (Paz na Terra), para debater o contexto mundial e nacional da época da divulgação da encíclica, bem como sua atualidade.

### SESSÃO ESPECIAL Marighella

11h Sessão especial destinada a comemorar o centenário de nascimento do político e guerrilheiro Carlos Marighella, no Plenário do Senado.

### LICITAÇÕES Audiência pública

15h A Comissão Temporária de Modernização da Lei de Licitações e Contratos promove audiência pública para instrução da proposta. Na sequência, reunião de trabalho para apreciação de requerimento.

### CI Aeroportos

18h Debate sobre o tema “Aeroportos e multimodalidade”, dentro do ciclo de palestras sobre investimento e gestão. Entre os convidados, está o diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Marcelo Guarany.

TERÇA

### CMA Mudança do clima

8h30 Pauta com 13 itens, entre eles, projeto que altera a lei que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) e proposta que analisa o Estatuto da Cidade sobre arborização urbana.

### CCT Faixa de TVs

9h Audiência pública com interatividade pelo Portal e-Cidadania para discutir o tema “Destinação e licitação da faixa de 700 MHz”, hoje usada por TVs abertas.

### CDH Internação compulsória

10h Debate com interatividade pelo e-Cidadania sobre internação compulsória de dependentes químicos. Em seguida, a CDH institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e cria o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

### CAE Descendentes de escravos

10h Análise de projeto sobre criação da Comissão da Indenização aos Descendentes de Negros Africanos Escravizados no Brasil e proposta sobre participação da população no processo orçamentário.

TERÇA

### CCJ Conselho de Justiça

11h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania analisa a indicação de Wellington Cabral Saraiva e Ana Maria Duarte Amarante Brito para a composição do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

### CE Dados comemorativos

11h Comissão analisa 53 projetos, como o que trata do Dia de Atenção à Dislexia e o que institui 4 de outubro como o Dia dos Agentes de Combate às Endemias.

### CRE América do Sul

14h Com a presença do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, comissão realiza audiência para instruir projetos que concedem benefícios a propostas que favorecem integração regional na América do Sul.

### CTRCP Crimes

14h30 Comissão de Reforma do Código Penal faz audiência para debater responsabilidade penal da pessoa jurídica e crimes contra interesses metaindividuais.

### CAEAM Escolha de presidente

15h Instalação dos trabalhos e eleição do presidente e do vice-presidente da subcomissão permanente de assuntos municipais para o biênio 2013–2014.

QUARTA

### CDR Nordeste

9h Audiência debate ações para o desenvolvimento do Nordeste. Em seguida, a comissão analisa requerimento que inclui o porta-voz da Copagaz em audiência.

### CAS Aluguel e Imposto de Renda

9h Comissão analisa texto que permite dedução do Imposto de Renda de despesa com aluguel residencial e proposta que disciplina uso de colete à prova de balas por jornalista que acompanha polícia.

### CE Universidades

9h30 Em audiência promovida pela CE, senadores discutem os impasses e as perspectivas da expansão da educação superior brasileira.

### CCJ Medicina legal

10h Votação do projeto que trata dos serviços de medicina legal e do que zera alíquota da contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS-Pasep).

### CONGRESSO Portal

12h Lançamento do Portal do Congresso Nacional.

QUINTA

### CDH Jovens e protestos

9h Comissão faz audiência pública para debater as recentes manifestações públicas na óptica da juventude brasileira.

### CCT Minerais estratégicos

9h Audiência conjunta com a Subcomissão Temporária de Elaboração do Marco Regulatório da Mineração em Terras-Raras no Brasil para debater ações para os minerais estratégicos.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Direitos Humanos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Senadores farão votações finais, todos os dias desta semana, sobre questões apontadas nos protestos das últimas semanas

## Senado avalia redução do número de suplentes na Casa

Proposta a ser votada pelo Plenário hoje faz parte da pauta prioritária definida após as manifestações nas ruas de todo o país. Pelo texto, será proibida a escolha de cônjuge ou parente para o cargo

COM VOTAÇÕES DE segunda a sexta-feira, o Senado segue nesta semana com a pauta prioritária definida em resposta aos protestos pelo país. Também serão examinados projetos que tiveram urgência aprovada nos últimos dias.

Para hoje, está prevista a partir das 17h a votação da PEC 37/2011, que reduz o número de suplentes de senadores e impede a escolha para o cargo de cônjuges ou parentes. Cada senador deve ter um suplente, em vez de dois, e a convocação será temporária. Quando ocorrer afastamento definitivo,

o suplente fica no cargo só até a posse do novo eleito.

Na ordem do dia, está também projeto que inclui papioscopistas no rol de peritos oficiais (PLS 244/2009) e o PLS 410/2012 — Complementar, que inclui na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno os municípios goianos de Alto Paraíso de Goiás e São João d'Aliança. Para quarta-feira, será votado o PLC 83/2007, que possibilita readmissão de empregados da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos que foram punidos por greve.

A pauta prioritária começou há duas semanas com a aprovação do novo modelo de partilha do Fundo de Participação dos Estados e a transformação de corrupção em crimes hediondo. Semana passada foram aprovados a exigência de ficha limpa para servidores públicos, a destinação de recursos dos royalties para educação e saúde e a definição de sanções para empresas que participam de corrupção. O Plenário também votou, com presença de diversos artistas, novas regras para direitos autorais.

## Texto incentiva exportação no Centro-Oeste

A Região Centro-Oeste poderá ter tratamento igual ao Norte e ao Nordeste no funcionamento das zonas de processamento de exportação (ZPEs). Emenda de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) foi aceita pelo relator da proposta de mudança na Lei das ZPEs, Jorge Viana (PT-AC), que apresentou parecer na sexta-feira. O projeto (PLS 764/2011) deve ser votado nesta semana.

Como regra geral, o texto de Lídice da Mata (PSB-BA) estabelece que só poderão instalar-se em ZPEs empresas que exportem 60% da receita bruta total — ou 50% para desenvolvedores de softwares

ou de serviços de tecnologia da informação. A regra atual geral é exportar pelo menos 80%.

O projeto prevê um período de adaptação das empresas: no primeiro ano, quando apenas 20% da produção precisará ser exportada, exigência que sobe para 40% no segundo ano e para 50% no terceiro, até atingir os 60%.

— Há dificuldades para que uma empresa atinja os 60% já em seu primeiro ano numa ZPE — disse Rollemberg.

Outra facilidade na proposta é a possibilidade de firmas em ZPEs exportarem com a intermediação de *tradings* — empresas especializadas em

comércio exterior. O projeto também faculta a importação ou a aquisição no mercado interno de máquinas e equipamentos sem impostos.

Viana assegurou ter tomado cuidados de evitar desvantagens para o parque industrial fora das ZPEs: toda a produção dirigida ao mercado interno pagará os mesmos tributos cobrados das demais empresas.

Os senadores discutiram ainda seis propostas de emenda à Constituição, entre elas a PEC 89/2011, que obriga autoridades cuja nomeação dependa de aprovação do Senado a voltar à Casa, anualmente, para prestação de contas.

## Bancada do Tocantins rejeita novo TRF

Kátia Abreu (PSD-TO) disse em Plenário, sexta-feira, que a bancada do Tocantins é contra a ideia de colocar o estado na jurisdição do Tribunal Regional Federal (TRF) com sede em Belém, como estabelece a PEC 46/2012. Para a senadora, isso vai elevar muito os gastos dos advogados, que terão de se deslocar até a capital do Pará.

— Queremos continuar em Brasília, em vez de nos deslocarmos até Brasília e aí pegarmos outro voo até Belém.

O relator, Jorge Viana (PT-

AC), disse que o propósito de criar TRFs é facilitar o acesso à Justiça, e não dificultar. Ele disse que vai aceitar a emenda de Vicentinho Alves (PR-TO) que exclui o Tocantins da jurisdição do TRF em Belém.

O TRF em Belém teria jurisdição no Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins. A PEC 46/2012 tramita com outras duas propostas: a PEC 86/2011, que cria o TRF com sede em Manaus e jurisdição no Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, e a PEC 61/2012,

que cria TRF com jurisdição no Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte, com sede em Fortaleza.

Com o debate de hoje, as três propostas foram discutidas em quatro sessões pelo Plenário e vão agora para a última sessão de discussão antes da votação em primeiro turno. Depois, mais três sessões de discussão são necessárias antes do segundo turno.

Das três propostas, a PEC 86/2011 pode ser declarada prejudicada, já que em junho foi criado um TRF em Manaus.

## Renan diz a Dilma que Congresso se preocupa com equilíbrio fiscal

Em reunião na sexta com a presidente Dilma Rousseff, no Planalto, o presidente do Senado, Renan Calheiros, reforçou o compromisso do Congresso com o equilíbrio fiscal. Segundo ele, esse é o principal motivo da dificuldade de votação dos vetos presidenciais que aguardam deliberação do Parlamento.

Ele deu a declaração ao comentar a notícia de que o governo anunciará cortes de até R\$ 15 bilhões.

— Estamos tendo muita dificuldade no Congresso para pautar os vetos exatamente por isso, porque nada neste momento pode afetar o equilíbrio fiscal.

Na quarta-feira, o Congresso decidiu arquivar 1.478 de um total de mais de 3 mil vetos presidenciais que ainda aguardavam a apreciação pelo Legislativo. Uma reunião com os líderes partidários foi marcada para esta semana com o objetivo de definir os critérios que vão nortear a votação dos 1.694 vetos remanescentes.

Segundo Renan, a eventual

derrubada de vetos como o que impediu o fim do fator previdenciário pode comprometer as finanças do governo. Ele calcula que pelo menos 30 projetos contêm itens que podem causar impacto nas contas da União.

— Há vetos acumulados que, se forem derrubados, afetam o equilíbrio fiscal. Isso é muito ruim para o Brasil neste momento.

Renan comentou que comissões mistas do Congresso estão enfrentando um processo de obstrução, tanto por parte da oposição quanto de partidos da base, por causa do atraso na aprovação de uma resolução que altera a análise de vetos presidenciais.

Renan negou que a aprovação de projeto de autoria dele que garante passe livre a todos os estudantes no transporte público onere o Orçamento da União:

— Não é isso que vai desequilibrar o Orçamento. A grande verdade é que a partir das ruas devemos discutir as prioridades do Orçamento.



Lúcia Vânia: classe média é a mais prejudicada pela volta da inflação

## Lúcia Vânia cobra ações do governo para conter inflação

Lúcia Vânia (PSDB-GO) fez um alerta sobre as consequências negativas do baixo crescimento da economia e da volta da inflação, principalmente sobre a classe média. A senadora destacou que o processo inflacionário em curso, ainda que sob controle até o momento, gera desconfiança entre os investidores e mina o poder de compra da classe C.

— Na interpretação dos economistas, o comércio se ressentido do esgotamento do processo de ascensão social que perdurou por mais de uma década. A nova classe média, formada por 40 milhões de pessoas, não só parou de crescer, como também está vendo seu poder aquisitivo encolher — disse.

A senadora disse ainda que o custo Brasil tem sido um entrave não apenas às metas dos exportadores brasileiros, mas também à produção de bens e serviços destinados ao mercado interno.

## Ferraço pede derrubada de projeto sobre novos municípios

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) criticou o projeto de lei que estabelece critérios para a criação de municípios.

— Condono essa iniciativa inadequada, insensata e fora de hora — disse.

Na avaliação do senador, a criação de novos municípios só interessa a políticos que querem manter currais eleitorais para se perpetuarem no mandato.

Segundo ele, caso a proposta seja aprovada, serão criados 500 municípios, o que exigirá mais gastos públicos com prefeitos, vereadores e servidores.

Ele informou que, entre 1988 e 2000, segundo brecha da legislação, foram criados 1.400 municípios. Muitos deles, ressaltou, não têm condições de oferecer qualidade de vida aos cidadãos.

O Senado, na opinião do parlamentar, deve preservar o interesse da população e barrar a proposta, que, segundo ele tem fim apenas eleitoral.

A proposta é de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e foi aprovada pela Câmara no mês passado. Como recebeu emenda substitutiva, a matéria voltou para o Senado.

Entre os critérios para a criação de municípios, o projeto fixa a viabilidade financeira, a população mínima e a realização de plebiscito local.

# Comissão avalia inclusão automática de autoridades na “malha fina” do IR

Dornelles questiona tratamento de supeição a priori das autoridades, enquanto Suplicy defende maior rigor para ocupantes de cargos

DEPOIS DE VISTA coletiva, volta à pauta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), amanhã, às 10h, o projeto que pretende incluir automaticamente na malha fina da Receita Federal as declarações de Imposto de Renda de diversas autoridades do Judiciário, Legislativo e Executivo, incluindo todos os ordenadores de despesas dos Poderes. A proposta tem decisão terminativa na comissão.

O voto favorável apresentado à CAE pelo relator, Eduardo Suplicy (PT-SP), tem a missão de convencer os senadores do contrário do que afirma parecer a respeito da proposta aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em abril de 2010, redigido por Francisco Dornelles (PP-RJ). Desde a vista coletiva, a deliberação foi adiada em três reuniões da CAE.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 99/2009, de autoria de Cristovam Buarque (PDT-DF), altera a legislação sobre a cobrança e a fiscalização do Imposto de Renda (Decreto-Lei 5.844/1943). Determina que, sem prejuízo da aplicação de outros critérios, as declarações anuais dos membros do Poder Legislativo, dos chefes do Poder Executivo e de seus ministros,



Projeto de Cristovam Buarque altera a legislação sobre cobrança do IR

dos membros do Poder Judiciário e dos ordenadores de despesas em todos os órgãos da administração pública sejam obrigatoriamente analisadas dentro do critério da malha fina.

O autor argumenta que as autoridades estão investidas em funções de administração de bens pertencentes à coletividade e têm poderes decisórios que, na ausência de controles, podem ser usados indevidamente.

Cristovam acrescenta que o rigor da malha fina, com o cotejo regular da variação



O relator na CAE, Eduardo Suplicy, deu parecer favorável à proposta

patrimonial com o nível de renda, pode antecipar a descoberta de muitas irregularidades.

No parecer aprovado pela CCJ, Dornelles argumenta que o projeto “está inquinado de vício irremovível”, uma vez que trata os agentes públicos especificados como suspeitos a priori, configurando uma situação de “indevido tratamento discriminatório” em razão da ocupação que exercem. De acordo com o relator na CCJ, isso contraria o artigo 150 da Constituição federal, que proíbe ao poder público instituir tratamento



Para Dornelles, texto trata agentes públicos de maneira discriminatória

desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida.

No relatório, Suplicy assinala que “a proposição não parte do princípio de que todo ocupante de mandato eletivo seja um infrator em potencial, mas, sim, de que todo cidadão imbuído de tamanha responsabilidade se submeta a rigores maiores de fiscalização que aqueles não investidos como agentes políticos”.

## Em análise, criação de datas comemorativas

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) examinará amanhã 27 projetos de lei propondo a criação de datas comemorativas nacionais.

Entre as matérias a serem votadas em bloco, em decisão terminativa, estão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 121/2009, do ex-deputado Neucimar Fraga, que institui o dia 31 de outubro como Dia Nacional da Proclamação do Evangelho; o PLC 207/2009, da deputada Rose de Freitas (PMDB-ES), que fixa o dia 20 de janeiro como Dia Nacional da Parreira Tradicional; e o PLC 209/2009, do deputado licenciado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), que institui o dia 25 de outubro como Dia Nacional do Macarrão.

Além desses, a CE deverá analisar 16 projetos de lei que propõem nomes de pessoas ilustres para denominar viadutos, rodovias, barragem e passarela de pedestres em diversos estados do Brasil.

## Randolfe espera que Câmara mude texto dos royalties

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) citou a reportagem publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* informando que o projeto que destina royalties do petróleo para educação e saúde, na forma aprovada pelo Senado, corta 53% dos recursos à educação. O PSOL votou contra. Ele disse esperar que, na revisão, a Câmara restaure a versão do projeto que havia antes aprovado.

Randolfe disse que, na votação, ele havia alertado sobre a supressão de recursos em comparação com o previsto no texto vindo da Câmara. Porém, o líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), relator da matéria, o teria acusado de estar “usando menos verdade”.

— Um eufemismo para dizer que eu estava mentindo — criticou, acrescentando que a reportagem confirma a denúncia.

Em nota enviada ao jornal, ainda conforme Randolfe, a assessoria de Braga justifica as mudanças. A nota explica que o valor dos royalties estimado pela Câmara dos Deputados era “equivocado”.

Pela nota, continuou Randolfe, informa-se que houve necessidade de alterações para aprimorar o texto, além de “evitar o risco de judicialização e o uso indevido” do Fundo Social, criado para receber os recursos da União originados dos royalties.



Randolfe Rodrigues, que havia dito que educação seria prejudicada

## Ensino precisa divulgar resultados, diz Kátia Abreu

Kátia Abreu (PSD-TO) anunciou sexta-feira, no Plenário do Senado, que apresentou projeto de lei com o objetivo de tornar obrigatória a divulgação de resultados alcançados por instituições de ensino nos sistemas oficiais de avaliação.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) prevê a divulgação de resultados, mas não obriga a afixação em locais de ampla visibilidade na própria instituição de ensino. A proposta apresentada sexta-feira por Kátia Abreu modifica a LDB (Lei 9.394/1996).

A senadora afirmou acreditar que a transparência e a divulgação dos resultados das escolas brasileiras de nível básico e superior é o caminho para melhorar a qualidade do ensino em todo o país.

— A exposição da placa com os resultados alcançados pelo estabelecimento é um direito da mãe, do pai, do aluno e de toda a sociedade — afirmou a parlamentar.

Kátia Abreu também protocolou requerimento que solicita a realização de audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) com o objetivo de debater o procedimento de escolha de diretores das escolas públicas. Lamentando que atualmente a maior parte dos dirigentes seja indicada por influência política, e não por mérito, a senadora defendeu o estabelecimento de um modelo que observe a capacidade técnica dos profissionais.

## Moka: militares da saúde devem acumular cargos

Waldemir Moka (PMDB-MS) criticou a “importação” de médicos do exterior proposta pela presidente Dilma Rousseff e defendeu a acumulação de cargos para profissionais da saúde que são militares das Forças Armadas como solução para a falta de profissionais no interior do país.

O senador explicou que a Constituição, embora permita a acumulação de dois cargos para profissionais da saúde, proíbe isso aos médicos militares.

— Diante do déficit, possibilitar que os militares da saúde acumulem outro cargo poderia ser um alívio bem-vindo, reduzindo a necessidade de “importação” de profissionais, que causa polêmica.

Ana Amélia (PP-RS) apoiou a sugestão e lembrou que está pronta para votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) a PEC 122/2011, que permite acumulação de cargos pelos médicos militares.

Moka disse que na última reunião da Comissão de Assuntos Sociais, houve debate com o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, sobre a questão de trazer médicos do exterior. Na opinião do senador, a solução é definir uma fonte de financiamento.

— Claro que há déficit, mas há estados que têm mais de quatro médicos por mil habitantes.



Waldemir Moka critica proposta do governo de “importação” de médicos

# Renan confirma apoio à realização de plebiscito

Presidente do Senado reiterou a Dilma Rousseff apoio à consulta popular, mas lembrou a precedência da Câmara na tramitação do decreto legislativo no Congresso

EM CONVERSA, NA sexta-feira, no Palácio do Planalto, com a presidente Dilma Rousseff, o presidente do Senado, Renan Calheiros, reiterou o apoio à realização do plebiscito para consultar a população sobre a reforma política. O parlamentar observou, contudo, que a votação de um projeto de decreto legislativo sobre o tema depende primeiro da Câmara dos Deputados.

— Fiz questão de dizer à presidente que o plebiscito só tramitará no Senado se for aprovado na Câmara. Todas as matérias vindas da Presidência da República, a menos que sejam de competência exclusiva do Senado, tramitam primeiro na Câmara e depois no Senado. Tramitar no Senado agora seria inverter a lógica do processo legislativo — explicou.



Renan com os senadores Delcídio (E), Durval, Luiz Henrique, Aloysio e Moka na sessão de sexta

Ao mesmo tempo em que o líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), afirmava em entrevista que a opção pelo plebiscito como forma de consultar a população sobre a reforma política

não pode ainda ser descartada, o líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (SP) voltava a criticar, em Plenário, a proposta da presidente Dilma, considerando o plebiscito já descartado.

argumentos apresentados por parlamentares para que seja rejeitada a proposta do plebiscito.

Para o líder do governo no Senado, no entanto, o prazo não deve ser um empecilho.

De acordo com a presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Cármen Lúcia, são necessários no mínimo 70 dias para viabilizar a consulta popular, após a aprovação do decreto legislativo pelo Congresso Nacional. O curto prazo é um dos

— Abrir mão disso [do plebiscito] por causa do prazo é no mínimo impedir que a população possa se manifestar pelo voto direto — afirmou Braga.

Para o PSDB, principal partido de oposição, o plebiscito é uma tentativa do governo de desviar o foco das manifestações que tomaram o país nas últimas semanas. Aloysio Nunes voltou a afirmar na sexta que esse modelo de consulta para a realização da reforma política é “insensata”.

Na quinta-feira, o vice-presidente da República, Michel Temer, chegou a anunciar a impossibilidade da realização de um plebiscito sobre reforma política este ano, a tempo de valer já em 2014, mas depois voltou atrás por meio de uma nota oficial.

## Ana Rita defende protestos e reforma política

Ao elogiar os jovens que participaram das recentes manifestações, com o slogan “O gigante acordou”, Ana Rita (PT-ES) ressaltou sexta-feira que boa parte dos brasileiros



Gerardo Magela/Agência Senado

nunca dormiu. Para ela, quem participou de movimentos como o que defendia as eleições diretas só pode saudar os atuais manifestantes. O recado atual, na opinião da senadora, é que o sistema político baseado no financiamento privado está esgotado.

— A decisão da presidente Dilma de propor um plebiscito sobre a reforma política demonstra que ela está em sintonia com os clamores das ruas.

Ana Rita citou uma pesquisa da Fundação Perseu Abramo que aponta 89% de apoio à reforma política.

## Suplicy diz que acredita na inteligência do povo

Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou sexta-feira que concorda com a presidente Dilma Rousseff quando ela disse acreditar na “inteligência da população” para opinar em uma consulta sobre reforma política. Ele rebateu críticas de Aécio Neves (PSDB-MG) de que o plebiscito estaria sendo proposto para possibilitar a manifestação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pelos meios de comunicação.

— Da mesma maneira que Lula poderá expor os pontos de vista que nós, do PT, defendemos, todos os líderes do PSDB também poderão expor.

Suplicy se disse um apoiador entusiástico da proposta de plebiscito.

— Quero aqui me colocar com a energia positiva para nos próximos dias estar colaborando para o propósito da reforma política, através também da consulta ao povo brasileiro na forma do plebiscito — afirmou.

## Para Wilder, consulta não atenderá anseios das ruas

O senador Wilder Moraes (DEM-GO) afirmou que a realização de um plebiscito sobre a reforma política não responderá às expectativas dos manifestantes. O senador lembrou que não houve nas ruas reivindicações exigindo uma reforma política, mas investimentos em saúde, transporte, segurança e educação.

— O que a população está pedindo é mais saúde, transporte, infraestrutura, e não é com plebiscito que vamos resolver esse problema. O plebiscito vai ter um custo que daria para construir dezenas de hospitais e escolas, pois, segundo o Tribunal Superior Eleitoral, o custo da consulta é de mais de R\$ 600 milhões — afirmou.



Morieira Maniz/Agência Senado

## Aloysio: manifestações não pediram plebiscito

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse que as manifestações não pediram plebiscito sobre reforma política e que “o Congresso, piedosamente até, vai sepultando a ideia”. Para ele, os últimos acontecimentos revelam uma sequência de erros.

— A presidente Dilma Rousseff, que é uma pessoa correta e tem uma história de retidão, não merece isso.

Para Aloysio, a ideia do plebiscito surgiu devido às preocupações de Dilma, como candidata à reeleição, quanto à queda na popularidade dela. O objetivo, disse, é desviar a atenção “dos reais problemas do país”.

O senador disse que o Congresso está em um “frenesi legislativo para atender a voz das ruas” e que as respostas a essas demandas exigem “boa gestão, bom governo, governos honestos, eficientes, que atendam a questões como saúde pública e transporte coletivo”.

## Cristovam: população precisa de informações

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) comentou, na sexta-feira, a afirmação da presidente Dilma de que o povo brasileiro é inteligente para votar no plebiscito sobre a reforma política. O senador disse que o povo é, sim, inteligente, mas observou que a escolha inteligente depende de informações.

Ele citou como exemplo a questão do financiamento de campanha:

— Fundo público ou fundo privado? Eu só posso aprovar o fundo público se me disserem que esse dinheiro não sai da educação, da saúde, da segurança. Vai sair do dinheiro recuperado dos corruptos? Aí eu começo a ser favorável ao fundo público — afirmou.

Cristovam criticou a imprensa com que os parlamentares estão aprovando projetos em resposta às manifestações. Na opinião dele, o Senado não tem cumprido o papel de revisor da Câmara e deveria votar com mais seriedade.

## Requião vê necessidade de radicalização da democracia

Em pronunciamento na quinta-feira, Roberto Requião (PMDB-PR) disse que o desenvolvimento político, econômico e social do Brasil exige a “radicalização” da democracia, e não “um arremedo de mudança, de reforma, de quebra-galho, que tenta distrair o país”.

A radicalização da democracia, disse o senador, exige a adoção de medidas nos campos econômico, social e político, em substituição às medidas aprovadas nos últimos dias pelo Congresso, que, na avaliação dele, são louváveis, mas “não tocaram na alma das manifestações”.

Requião disse que o dito popular “com fogo no rabo até preguiça corre” é adequado ao momento atual do Brasil, quando o “lentíssimo metabolismo” dos Poderes desperta e acelera com o “fogo das ruas”. Ele advertiu que a próxima “erupção” popular poderá não ser contida.

## Brasil deve saber como agimos aqui, afirma Paim

Paulo Paim (PT-RS) registrou a repercussão na imprensa da aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), da proposta de emenda à Constituição de autoria dele que acaba com o voto secreto no Congresso.

Se a PEC for aprovada no Plenário, passarão a ser abertas e públicas votações de indicação de autoridades e chefes de missões diplomáticas, exoneração do procurador-geral da República, perda de mandato de deputado federal ou senador e apreciação dos vetos do presidente da República.

O senador assinalou a importância de o parlamentar assumir publicamente sua vontade e fazer conhecer suas posições.

— Temos que prestar contas do nosso trabalho. Como se presta conta? Como a população vai saber como agimos aqui dentro? Só com o voto aberto.

## Para Souza, voto secreto no Congresso é injustificável

Frente ao fortalecimento da democracia e do papel fiscalizador dos cidadãos sobre as instituições, Sérgio Souza (PMDB-PR) disse considerar injustificável o voto secreto nas decisões parlamentares.

No passado, argumentou, o voto secreto se justificava para proteger o parlamentar que votasse contrariamente a interesses do Executivo ou de grupos econômicos, para evitar constrangimentos em caso de cassação de um colega ou evitar retaliações quando do exame de indicações de autoridades.

— Não vejo motivo algum para não extirparmos de vez o voto secreto do Parlamento — frisou Souza, relator da PEC 20/2013, que estabelece o fim do voto secreto.



Gerardo Magela/Agência Senado

Votação da urgência para o projeto estava marcada para a sexta, mas proposta terá antes de passar pela Comissão de Constituição e Justiça; Comissão de Relações Exteriores também poderá analisá-lo

## Sistema de combate à tortura passará pela CCJ

EM PAUTA NA ordem do dia de sexta-feira, o requerimento de votação em regime de urgência de projeto que institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (PLC 11/2013) teve a votação adiada. A decisão foi motivada pelo fato de o texto precisar ser analisado antes pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O pedido de urgência foi apresentado pela presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), Ana Rita (PT-ES). Segundo ela, a agilidade requerida na votação atende um apelo da ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário. O texto tem parecer favorável de João Capiberibe (PSB-AP).

Como o PLC 11/2013 não foi examinado por nenhuma

comissão permanente, o presidente do Senado, Renan Calheiros, informou que o requerimento de urgência para votação no Plenário entrará em pauta após o texto

passar pela CCJ. O presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), apresentou requerimento solicitando que a comissão avalie o texto.



Ana Rita, presidente da Comissão de Direitos Humanos, fez o pedido de urgência

## Vanessa repudia decisão sobre Dolabella

A decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro de anular condenação ao ator Dado Dolabella pela agressão à então namorada Luana Piovani foi repudiada sexta-feira por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), em Plenário. O ator havia sido sentenciado a 2 anos e 9 meses de prisão com base na Lei Maria da Penha.

De acordo com Vanessa, que dirige no Senado a Procuradoria da Mulher, o

desembargador Sidney Rosa da Silva considerou que a briga entre o casal não se



Anulação da sentença fere todas as mulheres, afirma Vanessa Grazziotin

enquadrava nos termos da Lei Maria da Penha. Para Vanessa, a decisão causou surpresa, sobretudo pelos argumentos do desembargador, como o de que não haveria relação familiar entre o agressor e a atriz ou o de que ela não dependia economicamente dele.

— Quando um juiz escreve isso, fere não Luana Piovani, mas todas as mulheres.

Jorge Viana (PT-AC) apoiou a manifestação da senadora.

## Manifestações de rua serão tema de debate

Os protestos que tomaram conta das ruas do país nas últimas semanas serão tema de debate na Comissão de Direitos Humanos (CDH), na quinta-feira, às 9h, por requerimento do senador Paulo Paim (PT-RS).

A audiência pública, com possibilidade de participação interativa da sociedade, servirá para discutir os eventos sob a ótica da juventude.

Devem estar presentes no debate representantes da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ); do Movimento Passe Livre (MPL); do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade de Brasília (UnB); da Secretaria Nacional de Juventude e da Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

Cidadãos podem participar desde já enviando perguntas

aos senadores e palestrantes por meio do Portal e-Cidadania. Também é possível a interação pelo Facebook, Twitter e Alô Senado.

**QUINTA-FEIRA, DIA 11, ÀS 9h**

▶ **Tempo real:** [bit.ly/CDHmanifestacoes](http://bit.ly/CDHmanifestacoes)

▶ **Portal e-Cidadania:** [www.senado.leg.br/ecidadania](http://www.senado.leg.br/ecidadania)

▶ **Facebook:** [eCidadaniaSF](https://www.facebook.com/eCidadaniaSF)

▶ **Twitter:** [@e\\_cidadania](https://twitter.com/e_cidadania)

▶ **TV:** [www.senado.leg.br/TV](http://www.senado.leg.br/TV)

## Comissão de Direitos Humanos discute encíclica *Pacem in Terris*

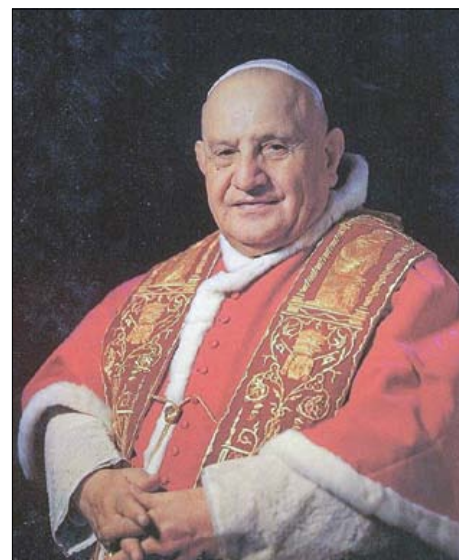
A Comissão de Direitos Humanos (CDH) faz hoje, às 9h, audiência pública para discutir os 50 anos da encíclica *Pacem in Terris* (Paz na Terra), lançada pelo papa João XXIII em abril de 1963, no auge da chamada Guerra Fria.

O requerimento para a audiência é da senadora Ana Rita (PT-ES). A parlamentar pede que a encíclica seja debatida no contexto mundial e nacional existente à época da divulgação. Ela solicita também que se discuta a atualidade e as implicações do documento no mundo e no Brasil de hoje.

A encíclica tem 171 parágrafos. Em um deles, afirma que "...a justiça, a reta razão e o sentido da dignidade humana terminantemente exigem que se pare com essa corrida ao poderio militar, que o material de guerra, instalado em várias

nações, se vá reduzindo duma parte e doutra, simultaneamente, que sejam banidas as armas atômicas; e, finalmente, que se chegue a um acordo para a gradual diminuição dos armamentos, na base de garantias mútuas e eficazes". A encíclica foi bastante debatida no Concílio Vaticano II e é considerada um marco da doutrina social da Igreja Católica.

Foram convidados para a audiência senadores, deputados, professores, diplomatas e clérigos.



João XXIII, o pontífice que lançou a encíclica

## Especialistas vão analisar internação de usuários de drogas

A internação compulsória de dependentes químicos em unidades terapêuticas será debatida amanhã, na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

A audiência pública foi requerida pelo senador Humberto Costa (PT-PE), relator da matéria na CDH. O projeto (PLS 111/2010), do ex-senador Demostenes Torres, recebeu substitutivo da senadora Ana Amélia (PP-RS) na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde foi aprovado em abril. Após a análise na CDH, o projeto será votado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em decisão terminativa.

Em seu voto pela aprovação da matéria na CAS, Ana



Amélia argumenta que a previsão de internação compulsória constante da Lei 10.216/2001, que dispõe sobre a proteção das pessoas com transtornos

mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, é aplicável aos agentes das condutas previstas na Lei de Drogas e deve ser explicitada nesse diploma legal.

A audiência está marcada para as 10h, na Ala Senador Nilo Coelho, sala 2, Anexo 2.

**TERÇA-FEIRA, DIA 9, ÀS 10h**

▶ **Tempo real:** [bit.ly/CDHinternacao](http://bit.ly/CDHinternacao)

▶ **Portal e-Cidadania:** [www.senado.leg.br/ecidadania](http://www.senado.leg.br/ecidadania)

▶ **Facebook:** [eCidadaniaSF](https://www.facebook.com/eCidadaniaSF)

▶ **Twitter:** [@e\\_cidadania](https://twitter.com/e_cidadania)

▶ **TV:** [www.senado.leg.br/TV](http://www.senado.leg.br/TV)

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana

**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá

**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro

**Segunda-secretária:** Ângela Portella

**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira

**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino

**Suplentes de secretário:**

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich

**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

### AGÊNCIA SENADO

**Coordenador:** Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Coordenador:** Flávio Faria (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Sílvio Burle

**Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

**Diagramação:** Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Propostas em tramitação no Senado criam benefícios fiscais para empreendimentos multilaterais em áreas como infraestrutura e energia

# Comissão debate projetos para aumentar a integração sul-americana

A COMISSÃO DE Relações Exteriores de Defesa Nacional (CRE) promove audiência pública amanhã, a partir das 14h, para discutir dois projetos de lei do Senado que concedem benefícios para empreendimentos que favoreçam a integração regional na América do Sul.

Uma das proposições em debate é o substitutivo de Pedro Simon (PMDB-RS) ao PLS 726/2011, que já foi aprovado pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) em junho do ano passado. A outra matéria em análise pela comissão é o PLS 232/2011, de autoria de Paulo Paim (PT-RS), que foi rejeitado pelo Parlasul.

O substitutivo de Simon aprovado pelo Parlasul propõe a concessão de benefícios para empreendimentos que contem com empresas de pelo menos dois países sul-americanos, aqueles que se realizem mediante cruzamento de capitais e os que favoreçam a integração em áreas como infraestrutura e transportes, saneamento, energia e telecomunicações e



Para Requião (E, ao lado de Ricardo Ferraz), fortalecer o continente é fundamental em um momento de crise econômica

a geração de energia por meio de fontes renováveis.

Entre os benefícios, estão a isenção da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e do Imposto de Renda Pessoa Jurídica gerados pelo empreendimento e a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados relativo a bens de capital que venham a ser utilizados.

Na justificativa da solicitação da audiência pública,

Roberto Requião (PMDB-PR) considera a aprovação dos benefícios fundamental para o fortalecimento dos países sul-americanos, sobretudo neste momento de agravamento da crise econômica que envolve os países industrializados.

— Hoje, percebemos que a crise contracionista dos países industrializados avançados chegou às nossas praias como um mar revolto. E o pior, caso

não reajamos estrategicamente, ainda está por vir — diz o senador, na justificativa.

Estão convidados o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães; o assessor especial para Assuntos Internacionais da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia; e o presidente do Instituto de Estudos Estratégicos para a Integração da América do Sul (Intersul), José Carlos de Assis.

## Pinheiro elogia plano para produtores do semiárido

Ao ressaltar a importância do Plano Safra Semiárido, lançado quinta-feira em Salvador, Walter Pinheiro (PT-BA) reiterou a declaração da presidente Dilma Rousseff de que é possível “conviver com a seca”. Entre as várias medidas do plano, estão a oferta de R\$ 7 bilhões em crédito para a agricultura e a pecuária da região e a suspensão da execução de dívidas de produtores rurais.

— Vamos, de uma vez por todas, ajustar as condições de produção para a agricultura familiar e também para a produção do grande e do médio produtor — declarou o senador, na sexta-feira, em discurso no Plenário.

De acordo com Pinheiro, a região a ser beneficiada não se restringe ao Nordeste e inclui o norte de Minas Gerais e parte do Espírito Santo.



Pinheiro destaca crédito de R\$ 7 bilhões para agricultura e pecuária

## Paim defende diálogo com a Aliança do Pacífico



Paulo Paim afirma que o Mercosul corre o risco de ser esvaziado

Paulo Paim (PT-RS) considera que o Mercosul deve se aproximar da Aliança do Pacífico, bloco comercial formado em 2012 por Chile, Colômbia, México e Peru. Para ele, é um equívoco considerar o bloco uma ameaça ao Mercosul.

— A relação deve ser de aproximação e diálogo diplomático. Não nos interessam confronto e distanciamento e não interessa a nenhum país, desse ou daquele bloco, crescer sozinho, tanto por solidariedade como

pela sustentabilidade da região — afirmou.

Nos últimos meses, analistas têm apontado impactos sobre o Mercosul, uma vez que os quatro países da Aliança do Pacífico representam juntos 36% do PIB da América Latina e exportam mais que o bloco formado por Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

— O Mercosul tem boas razões para se preocupar com a possibilidade de esvaziamento, caso não reflita sobre seu

projeto político e não supere os impasses da sua agenda comercial e econômica — disse Paim, ao sugerir a definição de novas estratégias para o Mercosul, sem deixar que isso se confunda com receio pelo novo bloco.

Para tratar do tema, o ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, deverá participar de uma audiência pública na Comissão de Relações Exteriores (CRE), em data ainda a ser marcada.

## Figueiró: resposta de ministério foi insatisfatória

Ruben Figueiró (PSDB-MS) disse estar frustrado e indignado com “as respostas de caráter protocolar” enviadas ao Senado pelo Ministério de Minas e Energia para o pedido de informações sobre os investimentos da Petrobras em Mato Grosso do Sul.

O senador estava interessado em saber sobre as reais possibilidades de construção de uma separadora de gás que permita o aproveitamento do produto transportado pelo gasoduto que vem da Bolívia para o Brasil, cortando 600 quilômetros do território sul-mato-grossense.

Segundo Figueiró, pelo gasoduto são transportados 30 milhões de metros cúbicos

de gás natural, que seguem diretamente para indústrias instaladas nas Regiões Sul e Sudeste.

— Ao receber o documento, indignaram-me a forma evasiva das respostas apresentadas e a fragilidade dos argumentos usados. Lembro que a fiscalização é uma das mais importantes tarefas do Legislativo. Enquanto autoridades do Executivo procrastinam, o povo do meu estado fica privado do gás natural — reclamou, em discurso no Plenário.

O senador lembrou que o gás natural possibilita a extração de mais de cem subprodutos, que poderiam ser úteis à população e à indústria de

todos os estados do Centro-Oeste do país.

Insatisfeito com a resposta do Ministério de Minas e Energia, o senador informou que já teve um requerimento



Ruben Figueiró se queixa do Ministério de Minas e Energia

de autoria dele aprovado para que a presidente da Petrobras, Graça Foster, explique melhor no Senado por que é inviável instalar uma separadora de gás em Mato Grosso do Sul e explicitar a previsão de investimentos da estatal nas Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

— O Brasil mudou nos últimos anos e o Centro-Oeste já é dínamo econômico. Apesar disso, não tem nenhuma das 42 separadoras de gás instaladas no país. Minha função é cobrar das autoridades precisão das informações, pois somos fiscalizadores do Executivo, além de representantes do povo e dos estados — afirmou Figueiró.

## Kátia Abreu quer definição clara de trabalho escravo

Kátia Abreu (PSD-TO) pediu aos congressistas que aprovem a definição de jornada de trabalho excessiva e de condições degradantes de trabalho. Ela disse que precisa ser criada uma comissão especial para definir os conceitos, condição negociada pelos representantes dos produtores rurais no Congresso para aprovarem a proposta que permite a desapropriação de propriedades onde for encontrado trabalho escravo (PEC 57A/1999).

A senadora afirmou que o problema surge quando um auditor do Trabalho chega a uma propriedade rural ou a uma indústria e, de má-fé, aproveita-se da falta de definição na lei para prejudicar o proprietário.

— As leis precisam ser específicas para que não haja dúvidas.



Kátia Abreu: agricultor fica à mercê da má-fé de auditores do Trabalho

# Comissão debate destinação da faixa de 700 MHz

Representantes de diversos setores interessados debaterão com os senadores os interesses econômicos e estratégicos da faixa que deixará de ser usada pelas TVs abertas em 2018

A COMISSÃO DE Ciência e Tecnologia promove amanhã, às 9h, audiência para debater a destinação e a licitação da faixa de 700 MHz no país. A faixa, atualmente em uso pelas TVs abertas, deve ser liberada até 2018, com a migração das emissoras para a tecnologia digital. A intenção do governo federal é licitar o espectro de 700 MHz para a tecnologia 4G já em 2014.

A faixa, no entanto, também está sendo cogitada para uso das televisões públicas, que temem ficar desalojadas com as mudanças de tecnologia digital, e pelo Exército e outros representantes das forças de segurança pública, que querem o espaço para



Lobão Filho ressalta que há interesses econômicos e estratégicos envolvidos

ações de defesa nacional. Na discussão, entram ainda os setores de radiodifusão e de telefonia celular.

Autor do requerimento de

debate, Lobão Filho (PMDB-MA) destaca que a nova destinação da faixa envolve “interesses econômicos e estratégicos” e, por isso, merece

uma análise mais detalhada. — Mostra-se um cenário complexo, com muitas discussões ainda pendentes das necessárias definições, e qualquer que seja a decisão sobre a destinação da faixa de 700 MHz, todas as dúvidas e questões devem ser sanadas — disse o senador.

Entre os convidados para a audiência estão o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), João Batista de Rezende; o diretor-executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (Sinditelebrasil), Eduardo Levy; o diretor de Planejamento e Uso do Espectro da Associa-

ção Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Paulo Ricardo Balduino; e o diretor-geral da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Eduardo Castro.

Cidadãos de todo o país podem participar enviando perguntas aos senadores e palestrantes por meio do Portal e-Cidadania. Também é possível a interação pelo Facebook, pelo Twitter e pelo Alô Senado (0800 612211).

**TERÇA-FEIRA, DIA 9, ÀS 9h**  
 ▶ Tempo real: [bit.ly/CCT700MHz](http://bit.ly/CCT700MHz)  
 ▶ Portal e-Cidadania: [www.senado.leg.br/ecidadania](http://www.senado.leg.br/ecidadania)  
 ▶ Facebook: [eCidadaniaSF](https://www.facebook.com/eCidadaniaSF)  
 ▶ Twitter: [@e\\_cidadania](https://twitter.com/e_cidadania)  
 ▶ TV: [www.senado.leg.br/TV](http://www.senado.leg.br/TV)

## Infraestrutura de portos e aeroportos será tema de audiência

A posição desfavorável do Brasil no cenário internacional de infraestrutura de portos e aeroportos será tema de audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI),

hoje, como parte de ciclo de debates sobre financiamento e gestão de transportes.

Foram convidados para a discussão, com foco em aeroportos e multimodalidade,

representantes da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), da Pezco Microanalysis — empresa brasileira de consultoria eco-

nômica — e da Universidade de São Paulo (USP).

Segundo a Iata, organização internacional do transporte aéreo, o volume de passageiros na América Latina passará de

146 milhões em 2010 para 440 milhões em 2030. O Brasil responderá por 48% do total. No entanto, segundo a Abear, será necessário construir ou reativar 73 aeroportos até 2020.

## Ana Amélia pede regras para uso de *drones*

A regulamentação do uso dos veículos aéreos não tripulados (também conhecidos como *drones*) no Brasil foi defendida por Ana Amélia (PP-RS).

Os veículos são pequenas aeronaves com câmeras e filmadoras que permitem acessar lugares com maior segurança e gerar dados ou levantar informações. São cada vez mais utilizados por causa do baixo custo e da autonomia de voo.

As aplicações incluem fiscalização do espaço aéreo, marítimo e terrestre, monitoramento ambiental e de trânsito, avaliação de catástrofes etc. Os *drones* também podem ser empregados na guerra, para o lançamento de bombas.

— No noticiário, essas aeronaves são muitas vezes vistas como ameaças. Precisamos de um marco legal abrangente e com regras claras sobre seu uso.



Gerardo Magela/Agência Senado

## Capiberibe defende capital natural na conta nacional

João Capiberibe (PSB-AP) disse que apresentará projetos para que os governos incorporem o capital natural na contabilidade nacional. Ele prestou contas de viagem à Alemanha, em junho, onde participou do 1ª Cúpula sobre Capital Natural, promovida pela Globe International, que reúne parlamentares do mundo todo.

— Quando um país explora seus recursos minerais, pesqueiros, hídricos, florestais e outros, está esgotando essas riquezas. Mas a redução desses bens não aparece no PIB, não é medida pela contabilidade clássica.

O senador disse que a ausência de indicadores do capital natural pode dar uma ideia equivocada quanto ao desempenho da economia de um país.

— A incorporação ao sistema de contas nacionais pode contribuir para a tomada de decisões.



Marcos Oliveira/Agência Senado

## Viana quer discutir falência do transporte nas cidades

Jorge Viana (PT-AC) comunicou que apresentará um requerimento para a realização de um debate no Plenário do Senado sobre o sistema de transporte urbano do país. Na opinião do senador, o modelo adotado pelo Brasil se esgotou, o que gera frustração nos habitantes de cidades que têm serviços públicos precários.

O tema, ressaltou Viana, precisa entrar com prioridade na agenda do país. A falência do sistema de transporte público, observou, é uma das principais reivindicações da sociedade, expressa durante as manifestações.

Em decorrência da má qualidade do transporte público, observou, a população adota o automóvel como meio de locomoção e as cidades ficam lotadas de carros, o que reduz ainda mais a qualidade.



Gerardo Magela/Agência Senado

# Ouvidoria

É fácil ser ouvido

A **Ouvidoria do Senado** é um órgão que busca fortalecer o exercício da cidadania e a aproximação da sociedade com o Parlamento. A Ouvidoria tem o objetivo de receber e dar o tratamento adequado a **sugestões, críticas, reclamações, denúncias e elogios** da sociedade sobre as atividades administrativas e legislativas do Senado. O órgão também pode sugerir mudanças no âmbito institucional, e o cidadão interessado sempre terá retorno sobre as comunicações.

**Senado + transparente. A informação ao seu encontro.**

[www.senado.leg.br/transparencia](http://www.senado.leg.br/transparencia)